

## **Rádios Comunitárias e Crise Existencial O Cotidiano na Era do Ouvinte Comunicador?<sup>1</sup>**

Marcus Aurélio de CARVALHO <sup>2</sup>  
Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

### **Resumo**

Este artigo apresenta os primeiros passos da pesquisa que propõe uma análise dos desafios enfrentados por duas rádios comunitárias que foram referências no estado do Rio de Janeiro na segunda metade dos anos 1990 e que, gradativamente, perderam audiência e protagonismo como espaços de mediação nas cidades alcançadas por seus transmissores: Rádio Novos Rumos FM, de Queimados, Baixada Fluminense (RJ) e Rádio Comunitária Bicuda FM, de Vaz Lobo, Rio de Janeiro (RJ). O objetivo da pesquisa é identificar que alterações no perfil da audiência, na relação entre ouvintes e tecnologias digitais e na linguagem e gestão da programação radiofônica causaram a perda parcial da relevância dessas emissoras. Os resultados deverão servir de referência para outros projetos brasileiros de radiodifusão comunitária que passam por desafios semelhantes aos da Novos Rumos FM e da Bicuda FM.

**Palavras-chave:** rádio comunitária; linguagem; mídia; cotidiano.

### **A busca de novos rumos**

Nos primeiros seis meses do trabalho de pesquisa sobre o atual cenário de duas emissoras comunitárias do Rio de Janeiro - Novos Rumos FM e Bicuda FM -, foi possível identificar que os dilemas enfrentados por elas têm semelhanças com as adversidades de outros projetos de comunicação nos movimentos populares das cinco regiões brasileiras e de outros países da América Latina. As primeiras investigações indicam que algumas diferenças estariam nas decisões tomadas pelas equipes das emissoras no final da década de 1990 e no início dos anos 2000 que teriam provocado o que chamaremos aqui de 'a crise existencial' das rádios comunitárias. Há indícios de que as estratégias aplicadas pelos gestores e comunicadores populares para alterar o cenário também teriam se mostrado

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao GP de Rádio e Mídia Sonora no XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano da UFF, Rio de Janeiro. Orientando do professor João Batista de Abreu Junior. E-mail: marcusvozeconteudo@hotmail.com.

ineficientes. As emissoras perderam gradativamente a representatividade e a audiência que tinham no final da década de 1990.

Na tentativa de auto-sustentação financeira, recorreram ao arrendamento das faixas horárias da programação para igrejas e/ou líderes partidários, o que comprometeu, em algumas faixas horárias o caráter plural do projeto comunitário.

No início dos anos 2000, pesquisadores latino-americanos identificavam uma tendência de perda gradual da relação afetiva das rádios comunitárias e populares<sup>3</sup> com os ouvintes das localidades alcançadas por seus transmissores e, conseqüentemente, diminuição da representatividade e impacto social dessas emissoras:

Muitas rádios comunitárias e populares trabalham agora da porta para dentro. A fuga da rádio para dentro de si mesma é uma fuga de sua essência. Essa essência está lá fora, com as pessoas, com a vida cotidiana e com a luta por uma vida mais digna. São cada vez menos frequentes as saídas externas das equipes. Ao mesmo tempo, se debilitaram as redes de repórteres e correspondentes comunitários ou populares, que permitem essa vinculação fundamental para a rádio seguir em sintonia com o cotidiano. (GEERTS & OEYEN, 2001, p. 24).

## O modelo empresarial

A ideia de serviço de radiodifusão como atividade predominantemente privada começa e se consolida no Brasil no início dos anos 1930, com a autorização do governo para a existência da propriedade individual e da veiculação de comerciais nas emissoras. Gradativamente, as instituições constituídas nos anos 1920 como radioclubes – sem fins lucrativos e sustentadas por mensalidades e doações dos associados – se tornaram inviáveis, visto que as rádios privadas não geravam custo para os chamados receptores dos conteúdos.

O rádio se consolidou nos anos 1940 como o principal meio de comunicação de massa. Foi prioritário para a estratégia norte-americana da indústria cultural, da chamada ‘política de boa vizinhança’ e da difusão dos produtos *made in USA*.

Os anunciantes multinacionais se tornaram os principais financiadores dos programas radiofônicos de maior sucesso nas décadas de 1940 e 1950. A proposta de emissora como experiência de gestão coletiva foi pulverizada pela hegemonia da comunicação privada massiva e pela Rádio Nacional, maior emissora do país naquele

---

<sup>3</sup>Na maioria dos países de idioma espanhol da América Latina, as rádios fortemente associadas aos movimentos sociais são chamadas, há mais de 40 anos, de ‘rádios populares’, sejam elas comunitárias ou católicas do campo progressista. A origem da expressão vem da forma como são designadas essas emissoras pela Associação Latino-americana de Educação Radiofônica – ALER.

período, que, com personalidade jurídica de empresa de capital misto (estado e iniciativa privada) tinha, proporcionalmente, naquele período, o mesmo peso que a TV Globo teve nos anos 70, 80 e 90 do século passado.

Do final dos anos 1950 até 1964, antes portanto da ditadura militar, o único grupo de emissoras brasileiras que, simultaneamente, promoveu o protagonismo dos mais pobres, ensaiou experiências de gestão participativa, realizou projetos de alfabetização de adultos e se aproximou do modelo que hoje chamamos de rádios comunitárias foi o formado pelas rádios católicas ligadas a dioceses que atuavam em parceria com o MEB – Movimento de Educação de Base. A maioria dessas emissoras – com personalidade jurídica de fundações diocesanas – tinha forte atuação nas regiões Nordeste e Norte.

Iniciado o regime militar, muitos dos padres que atuavam nas emissoras de Educação Rural (como algumas eram chamadas) foram presos e seus projetos de cidadania e alfabetização pelo rádio foram interrompidos.

As ditaduras latino-americanas acontecem justamente numa etapa em que o rádio comercial, ou seja, como negócio, reage ao surgimento e popularização da TV como destaca Jesús Martín-Barbero:

No campo do rádio, inicia-se, a partir dos anos 1970, um processo de transformação que corresponde à tendência geral imposta pelo desenvolvimentismo e pela crise que o auge da televisão desencadeia nesse meio em particular. O rádio reage à concorrência da televisão explorando sua popularidade, ou seja, seus modos especiais de "captar" o popular... [...] Esses traços tecnodiscursivos que permitem ao rádio mediar o popular como nenhum outro meio vão possibilitar sua renovação, a partir de um entrelaçamento privilegiado da modernizadora racionalidade informativo-instrumental com a mentalidade expressivo-simbólica do mundo popular. (BARBERO, 2009. p. 254).

No processo de redemocratização do Brasil, nos anos 1980, o espectro radioelétrico era ocupado basicamente por emissoras de caráter comercial. Elas representavam aproximadamente 90% das concessões.

As únicas alternativas às emissoras legalizadas - as comerciais e as estatais - eram, até então, as chamadas rádios livres: todas sem outorgas, transmitindo clandestinamente e, na maioria das vezes, sem grade de programação fixa. Funcionavam sem fins lucrativos e com propriedade individual. Portanto, não eram comunitárias.

## **Outra rádio é possível**

Tendo como referência a definição presente nas resoluções da Amarc (Associação Mundial de Rádios Comunitárias)<sup>4</sup>, podemos classificar a Rádio Novos Rumos, de Queimados, na Baixada Fluminense, e a Rádio Jornal Meia Ponte, de Pirenópolis, Goiás, ambas lançadas em 1990, como as primeiras emissoras comunitárias do Brasil.

Elas surgiram de movimentos sociais locais, com modelo coletivo de gestão, pluralidade de vozes nos microfones e suprimindo carência de pautas prioritárias para os moradores. Artistas locais, demandas dos bairros, denúncias, críticas aos prefeitos das regiões alcançadas pelos transmissores e outros conteúdos pouco comuns nas rádios comerciais passaram a fazer a diferença. O ouvinte se sentiu parte do processo de mediação.

Justamente pelo sucesso alcançado em menos de um ano no ar, a Novos Rumos, a Jornal Meia Ponte e outras experiências similares que surgiam em todo o país no início dos anos 1990 passaram a ser perseguidas pelo Dentel (hoje, Anatel) e pela Polícia Federal.

A Rádio Bicuda FM foi lançada em 1998 como resultado de um movimento ambientalista. No alto da Serra da Misericórdia, no Rio de Janeiro, existe uma formação rochosa conhecida como Pedra Bicuda. Essa pedra é utilizada para exercícios de montanhismo e foi tema de luta ambiental na chamada Zona da Leopoldina, na cidade do Rio de Janeiro, nos anos 1990.

O ponto de partida da regulamentação para a radiodifusão comunitária aconteceu em dia 10 de abril de 1995. Sérgio Motta, então ministro das Comunicações, recebeu um grupo de oito representantes de movimentos de rádios comunitárias e o deputado federal Fernando Gabeira. Estavam representadas no encontro a Amarc, a Comissão Pró-Abraço – Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária –, o FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – e outras entidades do setor.

Os participantes reivindicavam ao ministro o reconhecimento legal das rádios e, por proposta da Amarc, apresentaram o modelo da lei colombiana de radiodifusão comunitária, aprovada 1994, como ponto de partida para o projeto de lei a ser votado no Brasil. Motta decidiu, então, criar uma comissão no ministério para preparar um projeto de lei a ser encaminhada ao Congresso Nacional.

---

<sup>4</sup>Amarc – Associação Mundial de Rádios Comunitárias – documento ‘Carta das Rádios Comunitárias e Cidadãs’, aprovado pelos associados latino-americanos e caribenhos da entidade ao longo da Assembleia Mundial da Amarc, de 23 e 29 de agosto de 1998 em Milão, Itália.

Após a reunião, Motta declarou reconhecer a relevância das emissoras de gestão coletiva nas comunidades. A fala do ministro repercutiu também na grande mídia e serviu com ‘senha’ para uma espécie de *boom* de emissoras comunitárias de baixa potência.

A lei 9612, que criou o Serviço Especial de Radiodifusão Comunitária, só foi sancionada em 1998, mas as declarações do ministro fizeram com que, em todo o país, os líderes comunitários perdessem o medo de por em prática seus projetos de comunicação participativa nas ondas do rádio.

Por outro lado, além das comunitárias, muitas rádios privadas de baixa potência nasceram de microempresários e grupos religiosos que pegaram carona na fala de Sérgio Motta. No final dos anos 1990 e início dos anos 2000, os espectros radioelétricos do Rio e de São Paulo estavam lotados de transmissões não-legalizadas de baixa potência, o que provocou a ira dos dirigentes e proprietários de rádios comerciais, que passaram a veicular fortes campanhas publicitárias contra a existência do que chamavam de ‘rádios piratas’.

A lei 9612/98 e sua regulamentação foram fortemente impactadas pelos deputados e senadores proprietários de rádios comerciais em todo o território nacional. Em cada comissão, antes da votação em plenário, o texto apresentava novas restrições para as emissoras do ‘serviço especial de radiodifusão comunitária’: não podem formar rede, alcance limitado a um quilômetro, não podem veicular anúncios (somente apoios culturais), etc.

Mesmo com os limites determinados pela lei e com a lentidão dos processos de outorga, era grande a empolgação de integrantes dos movimentos pela democratização das comunicações e de representantes do meio acadêmico e das ONG’s ao notarem o papel exercido por pelo menos duas dezenas de rádios comunitárias brasileiras na segunda metade dos anos 1990.

A professora Cecília Peruzzo, da Universidade Metodista, em São Paulo, afirmava em 1998:

A prática tem demonstrado que pequenas emissoras comunitárias têm conseguido índices altos de audiência e de aceitação pelas comunidades locais. Primeiro porque desenvolvem uma programação sintonizada com os interesses, cultura e problemáticas locais. Segundo porque têm revelado grande capacidade inovar programas e linguagens, o que as diferenciam das FM’s tradicionais. Terceiro porque acabam revelando um grande potencial de atrair os anunciantes locais tanto pelo preço mais baixo das inserções, quanto pela possibilidade da alta segmentação de mercado, ou seja, atingem diretamente o público-alvo do anunciante local. Todavia, dinheiro não é tudo que interessa, não é o único motivo para a contestação às rádios comunitárias. Elas são portadoras de um conteúdo político que amedronta os três poderes constituídos (PERUZZO, 1998b, p. 7).

Era um período de sucessivas vitórias. A Rádio Novos Rumos foi uma das vencedoras, em 1997 e 1998, dos concursos públicos de projetos de capacitação de jovens, um processo de seleção convocado pelo programa Comunidade Solidária, do Governo Federal. Em um município que até então não contava com outras emissoras locais, a comunitária de Queimados virou líder absoluta de audiência, mudando o costume dos moradores, que anteriormente ouviam emissoras da cidade do Rio de Janeiro.

Em 1998, a Rádio Bicuda era chamada pelos ouvintes de "a mais comunitária da Zona Norte e Zona da Leopoldina", no Rio de Janeiro. Da Vila da Penha - primeiro bairro em que funcionaram os estúdios e transmissores - transmitia também para o Irajá, Penha Circular, Vila Kosmos, Vicente de Carvalho e Brás de Pina.

Nos anos 2000, Novos Rumos de Queimados e Bicuda FM conseguiram a legalização como emissoras comunitárias oficialmente outorgadas para radiodifusão em suas regiões. O reconhecimento foi conquistado após longo e burocrático processo. A Bicuda, porém, foi forçada pela Anatel - órgão regulador - a se mudar para outro bairro da Zona Norte: Vaz Lobo, distante mais de cinco quilômetros do local onde foi lançada em 1998.

Ao longo de diferentes gestões, a Rádio Novos Rumos foi, gradativamente, perdendo sua independência na relação com a prefeitura local. De segunda a sexta, no início das tardes, a programação mais parece um horário eleitoral gratuito do atual prefeito. Em outros horários, igrejas pentecostais com sede na cidade de Queimados tomaram conta da programação. Nessas faixas horárias, não há o contraditório. Não entram no ar os representantes de outras crenças. Parte da programação deixou de promover a pluralidade.

Na Rádio Bicuda FM, um dos fundadores da emissora tenta, há quase 18 anos, garantir a auto-sustentação financeira do projeto e, por não contar com uma equipe que dê conta das diferentes tarefas da gestão, acaba tomando soinho as principais decisões. Na busca de recursos, faz campanhas de doação e buscou parcerias com radialistas experientes de emissoras comerciais para que se responsabilizem pela gestão de faixas horárias da grade de programação.

### **Problema da pesquisa**

Na década de 1990, o estado do Rio de Janeiro contava com pelo menos cinco rádios comunitárias consideradas como exemplares nos movimentos pela democratização

da comunicação daquela época. Desses cinco rádios, a Novos Rumos e a Bicuda eram as duas mais citadas como experiências de comunicação verdadeiramente participativa e plural. Ao longo da pesquisa, investigaremos os fenômenos que provocaram as dificuldades enfrentadas por essas rádios comunitárias históricas do Rio de Janeiro. Queremos saber por que a Novos Rumos e a Bicuda perderam parte significativa do peso que chegaram a ter até o início dos anos 2000.

### **As quatro hipóteses**

1. A mudança nas relações entre os chamados receptores e as ferramentas de comunicação afeta todos os meios comunitários tradicionais: do jornal da associação de moradores à rádio comunitária. Os 'ouvintes' comunicam. Todos são, de certa forma, donos de um 'veículo de comunicação' em pleno uso da combinação entre redes sociais e telefones celulares para a promoção do protagonismo local. Transmitem texto, áudio e vídeo sem depender de experiências coletivas de gestão e programação, como as praticadas anteriormente pelas rádios comunitárias. A rádio local teria perdido força como espaço de exercício do direito de comunicar.

2. Equívocos dos gestores nas estratégias utilizadas para a linguagem e programação das emissoras provocaram queda da audiência e enfraquecimento na articulação política com os principais 'atores' dos locais alcançados pelos sinais das duas emissora. Esse cenário pode ter sido agravado pela falta de experiência das equipes na criação e execução de conteúdos que gerem afetividade para animar a interação com os ouvintes.

A consequência teria sido o distanciamento dos vínculos entre os moradores das cidades e as emissoras, o que, gradativamente, teria desgastado a percepção das rádios comunitárias como referências de enlace, mediação cidadã e espaço privilegiado de difusão da produção própria dos moradores no uso das redes sociais e dos celulares.

3. Em algumas comunidades e em cidades de médio e pequeno porte, o tempo de convivência em ambientes comunitários diminuiu devido ao modelo econômico e seu impacto nos tempos livres e espaços de convivência. O comunitário como referência local deu lugar ao comunitário por identidades e convicções.

4. Perda do sentido das emissoras como espaços aglutinadores e de animação dos movimentos sociais. A Rádio Novos Rumos nasceu, no início dos anos 1990, como o meio de comunicação prioritário dos movimentos sociais pela emancipação de Queimados, então distrito de Nova Iguaçu. Uma vez conquistada a emancipação, no início dos anos

1990, a emissora teria perdido o papel de ferramenta de mobilização e articulação dos movimentos sociais. A Rádio Bicuda surgiu de um movimento ambientalista pela preservação do local conhecido como Pedra da Bicuda. O deslocamento forçada (pela Anatel, órgão regulador) para outro bairro teria deixado a emissora distante fisicamente da bandeira de luta que original a emissora.

### **O que queremos?**

O objetivo geral do projeto é identificar quais fenômenos provocaram a diminuição da audiência e, conseqüentemente, da representatividade social dessas emissoras em seus territórios.

A pesquisa também busca desenvolver uma reflexão sobre o potencial dessas rádios para a recuperação de seus papéis como espaços de mediação e protagonismo dos ouvintes nas regiões alcançadas por seus programas, visto que, em emissoras comerciais e públicas, a articulação entre os afetos dos ouvintes e seus desejos de protagonismo via redes sociais e aplicativos de celular tem-se mostrado eficiente.

Começamos a observar que tipo de conteúdo e com que linguagem as duas emissoras almejam conquistar os afetos, a confiança e a participação dos ouvintes.

Pretendemos consolidar uma análise comparativa entre os cenários das duas emissoras para identificar os possíveis fenômenos comuns ao atual panorama dessas experiências de mediação cidadã e quais situações teriam relação com características de cada cidade ou de cada modelo de programação.

Queremos entender como são tomadas as decisões sobre planejamento da grade de programação, linha editorial, critérios para participação dos ouvintes e qualificação das equipes.

Queremos saber como está a representatividade e a independência das emissoras na relação com os movimentos sociais, com as empresas públicas e privadas e com as câmaras municipais e Prefeituras da cada município alcançado por seus transmissores.

### **Por que pesquisar essas rádios?**

Veicular conteúdo através da audição - uso de linguagem oral - torna o rádio, pelas ondas eletromagnéticas ou Internet, o mais inclusivo dos meios eletrônicos. Do intelectual ao analfabeto, é possível ouvir e falar em emissoras radiofônicas e em rádios na *web*.



Em um meio tão inclusivo, as rádios comunitárias têm potencial para exercer – e dezenas delas ainda exercem – papel decisivo na busca promoção da participação cidadã e na pressão sobre entes públicos e privados para a conquista de mais qualidade de vida nos territórios alcançados com elas.

O estudo sobre fenômenos que tenham provocado a perda de impacto e incidência de duas das mais representativas emissoras comunitárias do estado do Rio de Janeiro estimula a reflexão sobre o desenvolvimento de novas estratégias que possam recuperar o afeto e a representatividade dessas e de outras experiências similares.

Vale destacar também que não existem, no Brasil, pesquisas de comunicação em número significativo sobre estratégias para grade de programação, linguagem e relações afetivas entre rádios comunitárias e seus ouvintes. A maioria dos trabalhos acadêmicos sobre essas emissoras trata das relações políticas externas (repressão, perseguição, limites legislativos, etc) e internas (modelos de gestão e participação política, experiências de direção colegiada, etc).

## **Metodologia**

Nos primeiros seis meses de investigação, avaliamos que deve ser aplicado o método de pesquisa descritiva com abordagem qualitativa. As entrevistas serão semiestruturadas. O pesquisador entende que o objeto da pesquisa – as duas emissoras comunitárias – interage de forma dinâmica com diferentes linhas de força no cotidiano das equipes e na relação com os ouvintes.

Serão entrevistados integrantes de diferentes épocas da trajetória das duas rádios: dos fundadores aos atuais diretores, dos funcionários aos voluntários. Entrevistaremos também líderes de entidades da sociedade civil, empresários, vereadores e representantes do Executivo municipal.

Além de realizar as entrevistas, o pesquisador ocupará o papel de observador participante, acompanhando presencialmente as atividades das emissoras. Considerando os 25 anos de experiência em promoção de cursos, palestras e consultorias para emissoras comunitárias e a atuação como fundador, em 1995, do escritório brasileiro da Associação Mundial de Rádio Comunitária - da qual foi o representante oficial no Brasil (de 1995 a 2000) e o vice-presidente para a América Latina e Caribe (de 2000 a 2002), o pesquisador acompanhará de perto os processos de gestão de programação e de produção de programas das duas rádios.

Outro recurso será a pesquisa documental. Utilizaremos documentos no sentido amplo do termo. Ou seja, exemplares de jornais locais com reportagens sobre as emissoras, matérias publicadas na Internet, arquivos de áudio, filmes, fotos e documentos legais. Esse material será utilizado como um dos insumos para a análise.

Pesquisa bibliográfica - o estudo utilizará materiais bibliográfico que vão compor os pressupostos teóricos que irão fundamentar a pesquisa.

### **Fundamentação Teórica**

O ponto de partida que servirá de base para o que entendemos por territórios está presente nas reflexões de **HAESBAERT (2002)**. Para o autor, "território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas o tradicional poder político. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação".

A comunicação comunitária e as diferentes formas de participação em projetos de mídia local terão como base os conceitos desenvolvidos por **PERUZZO (1998)**, principalmente na abordagem de diferentes modalidades de participação, com limites maiores ou menores de interação - e na abordagem do que é chamado por ela de "rádio participativa no âmbito dos movimentos sociais. Também será considerado como balizador o trabalho de **GOMES (2007)**, que relaciona políticas públicas com a democratização do meio rádio.

As possíveis razões para o declínio na vigência e no impacto das chamadas rádios comunitárias e populares serão comparadas com diagnósticos de pesquisadores latino-americanos, principalmente a partir do trabalho de **GEERTS e VAN OEYEN (2001)**. Os pesquisadores da ALER (Associação Latino-americana de Educação Radiofônica) identificam, no início dos anos 2000, gradativa perda de audiência e relevância dessas rádios na competição com os meios comerciais.

O papel do rádio nos processos de mediação na América Latina, os conceitos sobre comunicação massiva e popular partem da contribuição de **MARTIN-BARBERO (2009)**. A proposta de "um novo mapa de mediações, das novas complexidades nas relações constitutivas entre comunicação, cultura e política", será considerada como balizadora para a análise das linhas de força - lógicas de produção, matrizes culturais, competências de recepção, formatos industriais, etc - que atuam na competição entre as rádios comunitárias e a mídia tradicional na disputa pelas narrativas em Queimados e Vaz Lobo.

"O que torna comunitária uma rádio comunitária?" Essa reflexão, presente no capítulo 12 da obra de **VIGIL (1997)**, servirá de insumo para nossa análise do objeto da pesquisa. A forma pela qual o rádio pode gerar afetos ou "sensibilidade a flor do ouvido" é também abordada pelo autor e servirá de inspiração para a análise sobre a capacidade das emissoras comunitárias na missão de gerar pertencimento.

## **REFERÊNCIAS**

FRANÇA, Vera Veiga; HOHLFELDT, Atonio & MARTINO, Luiz C. (orgs). **Teorias da Comunicação; conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GEERTS, Andrés & VAN OEYEN, Victor. **La radio popular frente al nuevo siglo: estudio de vigencia e incidência**. Quito: Aler, 2001.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo e Niterói: Editora Contexto e Ed. UFF, 2002.

LAMAS, Ernesto & VILLAMAYOR, Claudia. **Gestión de la Radio Comunitária y Ciudadana**. Quito: Amarc, 1998.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

PERUZZO, Cecilia Maria Krohling. **Comunicação nos Movimentos Populares**. Petrópolis: Vozes, 1998.

VIGIL, José Ignacio López. **Manual Urgente para Radialistas Apasionados**. Quito: Amarc, 1997.